



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 38/2020

Belo Horizonte, 29 de setembro de 2020.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 19934295 (SEI!)			
Processo SLA: 3939/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: NILSON PEREIRA DA CRUZ		CPF: 341.134.016-91	
EMPREENDIMENTO: Fazenda Boa Esperança matr. 133.370		CPF: 341.134.016-91	
MUNICÍPIO: Uberlândia		ZONA: Rural	
COORDENADA GEOGRÁFICA: LAT: 19° 16' 52" S LONG: 47° 56' 08" W			
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">Não há incidência de critério locacional.			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE	CRITÉRIO LOCACIONAL
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo	NP	1
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura	2	1
G-01-01-5	Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas)	3	1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	ART:
Rosana M. Resende (Engenheira Ambiental)			14202000000006105945



Documento assinado eletronicamente por **Millene Torres de Oliveira, Servidor(a) Público(a)**, em 29/09/2020, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 29/09/2020, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º,



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **19934963** e o código CRC **8E8881E0**.

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) - SEI nº 19934295

O empreendimento Fazenda Boa Esperança matr. 133.370, atua no ramo agrossilvipastoril, exercendo suas atividades no município de Uberlândia - MG. Em 29/07/2020 foi formalizado, na Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba por meio do SLA – Sistema de Licenciamento Ambiental com número de processo administrativo 3939/2020, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS).

As atividades do empreendimento objeto deste licenciamento são: culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoril, exceto horticultura conduzida numa área de 160 hectares destinado ao cultivo de soja, milho, feijão e trigo; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) em uma área de 160 hectares com cultivo de: batata, cebola, cenoura, alho, beterraba e repolho; e criação de bovinos, bubalinos e equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo em uma área de 150 hectares e 300 cabeças. As atividades mencionadas são conduzidas em 473,63 hectares de área total e 312,0 hectares de área útil.

Em relação à regularização do uso/consumo de recursos hídricos, foi informada a presença de 12 captação subterrâneas e 1 captação do tipo superficial destinada a atender um pivô de 147,6189 hectares, bem como consumo humano e demais necessidades que possa existir na propriedade. Todas as captações encontram-se devidamente regularizadas e válidas.

Como estrutura de apoio o empreendimento conta com 01 residência, galpão para guarda de insumos agrícolas bem como embalagens cheias e vazias de defensivos agrícolas. Ressalta-se que foi informado que se encontra em fase de instalação, um novo galpão que será destinado a guarda de embalagens cheias de vazias de defensivos agrícolas.

Como principais impactos inerentes a atividade agrossilvipastoril, devidamente registrados no RAS, tem-se, principalmente, a geração de resíduos sólidos e efluentes líquidos. Quanto aos resíduos sólidos: todo lixo gerado reciclável é destinado a coleta municipal. Lixo orgânico são utilizados como adubo orgânico nas hortas para consumo próprio. Embalagens de defensivo agrícola obedecem a política da logística reversa, sendo, portanto, devolvidas ao fabricante. Em relação a efluente líquido, são gerados: efluentes sanitários que são direcionados a fossas sépticas e sumidouros.

Foi apresentado o protocolo de inscrição do imóvel no CAR - Cadastro Ambiental Rural – Recibo número MG-3170107-7DDE. 96F2.A473.4C20.A267.B42D.5E45.B966 (Fazenda Boa Esperança Lugar Denominado Taquari – matr. 133.370) com área de reserva legal declarada de 95,3114 hectares há, perfazendo, portanto, percentual de 20% preconizados por legislação. Foi informado que o a APP – Área de Preservação Permanente e Reserva Legal encontram-se devidamente preservadas e protegidas com aceiros e nas áreas onde há criação de bovinos, protegidas por meio de cercas.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento (Fazenda Boa Esperança matrícula 133.370), para as atividades de culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivo agrossilvipastoril, exceto horticultura; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) e criação de bovinos, bubalinos e equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo no município de Uberlândia-MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local, sendo, portanto, o empreendedor e, ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “(Fazenda Boa Esperança matrícula: 133.370)”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Comprovar, por meio de relatório fotográfico, a instalação do galpão para guarda de defensivos agrícolas e embalagens de recicláveis, construído conforme preconiza legislação vigente	90 dias

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “(Fazenda Boa Esperança matrícula: 133.370)”

1. Resíduos Sólidos

Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir:

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DESTINAÇÃO FINAL			QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)			OBS.
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade Destinada	Quantidade Gerada	Quantidade Armazenada	
							Razão social	Endereço completo				

(*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

- Incineração

Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.